

**Despacho n.º 4960/2010****Lista n.º 125/09**

Por despacho da Secretária de Estado da Administração Interna de 09 de Março de 2010, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Bruno Rodrigues dos Santos	16-02-1987
Valeria Batista Silva Oliveira	21-08-1971
Sylvia Sued Ferreira	28-01-1982
Jose João Braz	19-01-1965
Alex Veras Pereira dos Santos	16-09-1983
Filipe Saldanha Lacerda	27-09-1985
Maria de Lourdes Vieira dos Santos	07-04-1965
Douglas Aguiar Martins	20-11-1984
Alessandro Ahnertt Correia	26-05-1986
Vanda Gualberto de Oliveira	29-10-1984
Monica de Jesus Silva Oliveira	22-04-1977
Perlla Cristine Costa Teixeira	17-04-1975
Jessyca Almeida Leite	28-06-1991
Delson de Almeida Soares	20-05-1968
Fernando da Silva Santos	23-11-1986

Lisboa, 13 de Março de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, Inspectora, Chefe de Departamento de Nacionalidade.  
203028528

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Gabinete do Secretário de Estado da Justiça  
e da Modernização Judiciária****Despacho n.º 4961/2010**

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 1 de Março de 2010, em regime de comissão de serviço, por cedência de interesse público, o coronel TINF 017999-L, da Força Aérea, Carlos Manuel das Neves Lourenço, para prestar ao meu Gabinete assessoria em matéria de tecnologias de informação e comunicação, área da sua especialidade.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

A remuneração mensal do nomeado é aquela que lhe é devida no cargo de origem, sendo igualmente devido subsídio de férias e de Natal nos mesmos quantitativos remuneratórios. Ao nomeado é devido subsídio de refeição.

8 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, *José Manuel Santos de Magalhães*.

203027937

**Direcção-Geral dos Serviços Prisionais****Despacho (extracto) n.º 4962/2010**

Por despacho de 30 de Dezembro de 2009, da Subdirectora-Geral, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi autorizada a exoneração da licenciada Carina Maria Rosa América, técnica superior, com efeitos à data do despacho.

01 de Março de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.  
203030552

**Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.****Departamento de Administração Geral****Aviso n.º 5754/2010**

**Procedimento concursal comum para o recrutamento de pessoal na carreira de assistente técnico, aberto pelo aviso n.º 18538/2009, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 204, de 21 de Outubro de 2009.**

1 — Terminado o exercício do direito de participação dos interessados e apreciadas as alegações oferecidas, o júri deliberou quanto à admissão e exclusão dos candidatos.

2 — Relativamente aos candidatos excluídos o júri decidiu manter as suas decisões de exclusão, constantes da lista de candidatos excluídos.

3 — As listas dos candidatos admitidos (com a indicação do método de selecção obrigatório a aplicar) e excluídos encontram-se afixadas na sede do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.) sita no Largo da Sé Nova, em Coimbra, e disponibilizadas, a partir da data da publicação do presente aviso, na página electrónica do INML, I. P. ([www.inml.mj.pt](http://www.inml.mj.pt)).

4 — Da exclusão do concurso cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de 30 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, para o Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

5 — Notificam-se os candidatos a quem irá ser aplicado o método de selecção prova de conhecimentos, que a realização da prova terá lugar no dia 26 de Maio, às 14 horas, no Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., sito no Largo da Sé Nova, em Coimbra, devendo os candidatos comparecer às 13:30 horas.

6 — Notificam-se os candidatos com o número de ordem 14, 18, 36, 38, 45, 55, 74, 75, 76, 86, 139, 157, 165, 174, 182, 203, 204 e 229 da lista de candidatos admitidos, que o método de selecção obrigatório que lhes vai ser aplicado é a prova de conhecimentos e não a avaliação curricular, pelos motivos que são indicados na mesma lista.

7 — Os candidatos portadores de deficiência, deverão indicar, caso se justifique, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, ao Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. — Largo da Sé Nova — 3000-213 Coimbra, os elementos necessários de adequação às suas capacidades de comunicação/expressão à realização da prova escrita de conhecimentos.

Coimbra, 11 de Março de 2010. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

203026705

**Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.****Departamento de Recursos Humanos****Despacho (extracto) n.º 4963/2010**

Por despacho do Presidente, datado de 18 de Fevereiro de 2010, foi Maria Fernanda da Silva Araújo Galvão, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Arcos de Valdevez, ficando afectada à Conservatória do Registo Civil de Arcos de Valdevez, nos termos do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2010, data em que reiniciou a actividade. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 5 de Março de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.  
203032415

**Despacho (extracto) n.º 4964/2010**

Por despacho do Presidente, datado de 25 de Fevereiro de 2010, foi Lina Maria Cabrita Deus Oliveira, notária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Almada, ficando afectada à Conservatória do Registo Civil de Almada, nos termos do n.º 5 do artigo 107.º e n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a contar do dia 1 de Março de 2010, data do início da actividade do IRN, I. P. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 9 de Março de 2010. — A Vice-Presidente, *Catarina Veiga*.  
203032504

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO  
E DO DESENVOLVIMENTO****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 4965/2010**

De acordo com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, local e regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, e pela Lei n.º 64-A/2008, de

31 de Dezembro, com a mudança de governo cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes, com as excepções previstas nos n.ºs 3 e 4 do referido artigo, e, desde logo, dos cargos de secretário técnico dos programas operacionais regionais do continente do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Não obstante, e tendo em conta o estatuído no n.º 2 do artigo 24.º do diploma legal acima referido, a renovação daquelas comissões de serviço pode ter lugar por confirmação do membro do Governo competente.

Pelo presente despacho, procede-se, pois, à renovação, por confirmação, das comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau que se encontravam em curso à data do início do mandato do XVIII Governo Constitucional e que se pretende que continuem a exercer as suas funções até ao termo do respectivo triénio.

Assim, ao abrigo e nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 5 e do anexo v à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — São renovadas, por confirmação, até ao termo do respectivo triénio, as comissões de serviço dos seguintes titulares dos cargos de secretário técnico que integram o secretariado técnico da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Centro:

a) Carlos Alberto da Costa Ferreira, por se manterem os pressupostos que fundamentaram a respectiva nomeação, nos termos do despacho n.º 14444/2008, de 8 de Maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008;

b) Luís Manuel Francisco Filipe, por se manterem os pressupostos que fundamentaram a respectiva nomeação, nos termos do despacho n.º 14444/2008, de 8 de Maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008;

c) Bernardo José Gouveia de Campos, por se manterem os pressupostos que fundamentaram a respectiva nomeação, nos termos do despacho n.º 14444/2008, de 8 de Maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008;

d) Rui Manuel Missa Jacinto, por se manterem os pressupostos que fundamentaram a respectiva nomeação, nos termos do despacho n.º 14444/2008, de 8 de Maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008;

e) Manuel Augusto Soares Machado, por se manterem os pressupostos que fundamentaram a respectiva nomeação, nos termos do despacho n.º 3258/2009, de 16 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de Janeiro de 2009.

2 — O presente despacho produz efeitos a 26 de Outubro de 2009.

11 de Março de 2010. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

203027912

#### Despacho n.º 4966/2010

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 74/2008, de 22 de Abril, e 99/2009, de 28 de Abril, define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos respectivos programas operacionais.

Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, criou a estrutura de missão para o PO de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (POAT FEDER) a fim de exercer as competências da respectiva autoridade de gestão previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, e aprovou a respectiva configuração definitiva, criando, por esta via e integrado na respectiva estrutura de missão, o secretariado técnico do POAT FEDER.

De acordo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, o secretariado técnico do POAT FEDER integra um máximo de seis elementos, entre os quais um secretário técnico, sendo este nomeado, sob proposta do gestor, pelo membro do Governo que tutela o IFDR, I. P.

Nestes termos, pelo despacho n.º 483/2009, de 11 de Dezembro de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2009, foi nomeada a licenciada Arminda Maria Viegas Frutuoso Cavaleiro como secretária técnica do POAT FEDER.

Atendendo a que, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a comissão de serviço desta secretária técnica cessou com a tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, é agora necessário proceder à nomeação de um novo titular para este cargo de direcção superior de 2.º grau.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 6 e do anexo ix à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — Nomeio, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, a licenciada Arminda Maria Viegas Frutuoso Cavaleiro secretária técnica do Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

2 — A nota curricular da secretária técnica referida no número anterior consta do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — Ratifico, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, os actos praticados até ao dia 31 de Dezembro de 2009 pela licenciada Arminda Maria Viegas Frutuoso Cavaleiro, na qualidade de secretária técnica, nomeada ao abrigo do despacho n.º 483/2009, de 11 de Dezembro de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2009.

11 de Março de 2010. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Arminda Maria Viegas Frutuoso Cavaleiro.

Nascida no Caramulo, em 8 de Fevereiro de 1953.

Licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Situação profissional actual:

Secretária técnica do Programa Operacional de Assistência Técnica FEDER, desde 1 de Dezembro de 2008, desempenhando as funções necessárias ao exercício das competências da autoridade de gestão do Programa, que lhe foram conferidas pelo gestor;

Assessora principal do quadro do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.

Situação profissional anterior:

Chefe de projecto da estrutura de apoio técnico do Eixo FEDER do Programa Operacional de Assistência Técnica ao QCA III, de Abril de 2002 a Novembro de 2008, assegurando o apoio técnico ao gestor do Programa no exercício das suas competências;

Directora de serviços de Acompanhamento e Avaliação, de Julho de 1999 a Abril de 2002, exercendo funções no âmbito da gestão, acompanhamento e avaliação do QCA;

Chefe de projecto do Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento do QCA II, funções que acumulou com as de directora de serviços de Acompanhamento e Avaliação, de Julho de 1999 a Dezembro de 2001;

Integração no quadro da ex-DGDR, em Março de 1986, tendo, até Junho de 1999, exercido funções técnicas no âmbito da Comissão Interministerial das Comunidades Europeias, apoio à Comissão de Gestão e à Comissão de Acompanhamento do QCA I, acompanhamento financeiro do FEDER;

Técnica superior do Serviço de Relações com a Comunicação Social do ex-Ministério do Equipamento Social, de 1984 a 1986, desempenhando funções técnicas de apoio aos gabinetes dos membros do Governo e serviços do Ministério;

Tradutora-intérprete do Gabinete de Informação Pública e Relações Externas do ex-Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, de 1978 a 1983;

Integração no ex-Ministério das Obras Públicas em Dezembro de 1973. De 1974 a 1977, exerceu, em comissão de serviço, funções de secretária pessoal de vários membros do Governo.

203027864

#### Despacho n.º 4967/2010

De acordo com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração